

Pagar, ou então ficar sem escola.

"No meu caso particular, seria terrível um aumento de 100%. Com uma renda mensal em torno de 16 mil cruzados, Cláudia Garcia Santos e seu marido Tom estão preocupados com a orientação dada pelo Siesp aos donas das escolas, para que cobrem 100.6%. "É preciso que o governo faça alguma coisa porque estamos sendo obrigados a aceitar essas imposições", advertiu.

Com dois filhos no Colégio Elite, em Santana, Cláudia disse que já no ano passado teve que pagar um reajuste de 50% (a mensalidade passou de 340,00 para 550,00 cruzados), "sob a alegação dos donos de que estava programado um aumento para os professores, estavam fazendo reformas no prédio e comprando computadores".

"E a gente tem que engolir isso, justamente num momento em que a única coisa que está congelada é o nosso salário", lamentou, "se as escolas devem aumentar os professores devem apertar o cinto como estamos fazendo, e eu nem acredito que eles aumentem os professores, que realmente merecem".

Numa absoluta falta de opção, segundo ela. "Sim, porque a escola pública estadual está ruim, não tem vaga, ou melhor, tem vaga sempre longe da casa da gente e nós não podemos deixar um adolescente ir à noite para uma escola muito longe."

Um beco sem saída: ou se paga ou não há Educação de nível para os filhos. Opinião também compartilhada pelo empresário do setor de embalagens, Roberto Nicolau Jeha, com seis filhos na rede particular de ensino. Mesmo sem saber qual é o gasto da família com Educação, porque é a esposa quem cuida disso, ele acha que "a lei deve ser obedecida, por mais injusta que possa ter sido, porque senão vira bagunça".

Tendo sempre como base a negociação dentro da lei. "Se os pais acham que a escola não tem razão em cobrar mais, que criem uma comissão de pais, procurem o governo e mostrem que a situação é injusta." Na sua

opinião, cada vez que um pai pagar a mais, ele estará contribuindo com a elitização do ensino.

Mas, entre a teoria e a prática, "porque não se tem opção na rede pública", o empresário acabou confessando que "vou pagar o que a escola pedir. Ele tem filhos no Externato Elvira Brandão, Colégio Equipe, Objetivo, Faculdade de Nutrição São Camilo e Escola Superior de Propaganda e Marketing.

Mãe de filho único, Maria Aparecida Peretto também disse que pagará quanto a escola pedir. Seu filho fará a 7ª série no Colégio São Luiz, que ainda não se manifestou sobre o aumento. "Aliás, foi um colégio corretíssimo, porque durante o ano passado não aumentou nem um centavo." Secretária aeroviária, Maria Aparecida disse que prioriza a Educação e enquanto poder fazê-lo pagará bem por ela. "Não vou pagar um aumento absurdo na academia de ginástica ou para a aula de basquete, mas para a escola sim", afirmou.

Como Cláudia, ela também não vê muita opção para quem não pode pagar, "porque a rede oficial é deficitária quanto à questão de vagas e de nível.

Allatório

Com cabeça de empresário e comerciante, Roberto Saruê, da Sociedade Amigos dos Jardins, vai mais longe em sua análise. "A escola tem um custo diferenciado. Cada caso é um caso para se generalizar um aumento, por cima, em 100%. É um pouco aleatório, na minha opinião."

É preciso analisar vários fatores: ganhos dos professores, gastos com aluguéis e gastos com outros funcionários. "Os salários dos professores estão defasados com a inflação e precisam ser reajustados", afirmou, "e isso é um dado de custo". Outro dado: "As escolas vivem de aluguel e precisam negociar com os proprietários dos imóveis, aluguéis que estão altíssimos".

Ele acredita que o MEC deva ser um órgão capaz de analisar essas questões e estabelecer regras que levassem em conta esses pontos e que cada caso fosse analisado "um a um". A seu ver "as escolas não podem operar com prejuízo e sua única fonte de renda são as mensalidades". Sem saber se pagará a mais pela escola do filho (ele não sabia o nome porque quem cuida disso é a esposa) disse que para ele o justo seria um aumento em torno de 80%.

José Dirceu, deputado estadual do PT, afirmou que não enfrenta problemas com as mensalidades escolares de seu filho, que estuda no Paraná, numa escola de freiras sem fins lucrativos. Para ele, o maior problema é que o ensino não é público, e as escolas particulares visam principalmente o lucro.

Como os aumentos pretendidos pelas escolas serão inviáveis para a classe média ele sugeriu que o governo estatize as escolas que insistirem no aumento acima do índice fixado pelo governo. "E como isso é muito difícil de acontecer", ele acha que os pais que tiveram problemas com as escolas entrem com mandado de segurança contra a escola e paguem o valor da matrícula em juízo.

Ex-secretário municipal da Educação e com dois filhos na rede particular de ensino, Guiomar Namó de Mello também acha que o ensino deve ser público "e todos devem batalhar por isso". Em termos práticos, ela afirmou que os pais com problemas de taxas acima do valor fixado pelo governo, devem chamar a Sunab e não aceitar o ágio. "Compete ao poder público controlar o ágio", afirmou. Ela não soube informar se as escolas dos filhos estão cobrando ágio ou não. "Como eu andei muito atrapalhada com a campanha, eu larguei um pouco desses assuntos. O meu marido ficou cuidando disso e eu teria que olhar os carnês."